

**CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS  
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CTGRHT/CNRH  
ATA DA 33ª REUNIÃO**

**Data:** 15 de fevereiro de 2006, das 10h20 às 17h30.

**Local:** Sala Geminada A, no subsolo do Palácio do Itamaraty, Esplanada dos Ministérios, Bloco H.

**PARTICIPANTES:**

- Ministério da Ciência e Tecnologia: Jaime Felício Paulo ([jpaulo@mct.gov.br](mailto:jpaulo@mct.gov.br));
- Ministério das Relações Exteriores: Bernardo Paranhos Velloso ([bernardo@mre.gov.br](mailto:bernardo@mre.gov.br));
- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Celina Xavier de Mendonça ([celina.mendonca@mma.gov.br](mailto:celina.mendonca@mma.gov.br));
- Ministério do Meio Ambiente/ANA: Jorge Thierry Calasans ([thierry@ana.gov.br](mailto:thierry@ana.gov.br));
- Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho ([norma.carvalho@cidades.gov.br](mailto:norma.carvalho@cidades.gov.br));
- Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio ([hugo.suarez@mj.gov.br](mailto:hugo.suarez@mj.gov.br));
- Ministério da Defesa: Antônio Joaquim G. Moreira ([email1@brturbo.com](mailto:email1@brturbo.com));
- Ministério das Minas e Energia: Christian André Haddad Govastki ([christian.govastki@mme.gov.br](mailto:christian.govastki@mme.gov.br));
- Ministério do Turismo: Oneida Freire ([oneidafreire@brturbo.com.br](mailto:oneidafreire@brturbo.com.br));
- Ministério dos Transportes: Wilson do Egito Coelho Filho. ([wilson.egito@transportes.gov.br](mailto:wilson.egito@transportes.gov.br));
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Marcelo Barbosa Sampaio ([marcelo@seap.gov.br](mailto:marcelo@seap.gov.br));
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Vera Lúcia Reis ([vlreis.to@uol.com.br](mailto:vlreis.to@uol.com.br));
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Cláudio Ramos Floriani Jr. ([cfloriani@casan.com.br](mailto:cfloriani@casan.com.br));
- Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: José Vicente Miranda Regina ([jvicente@tractebelenergia.com.br](mailto:jvicente@tractebelenergia.com.br));
- Organizações Não-Governamentais: Antônio P. Soler ([solsoler@ig.com.br](mailto:solsoler@ig.com.br)) ([cea@ceaong.org.br](mailto:cea@ceaong.org.br));
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Carlos André Bulhões Mendes ([mendes@iph.ufrgs.br](mailto:mendes@iph.ufrgs.br));

**CONVIDADOS:**

- Ministério das Relações Exteriores: André Misi ([misi@mre.gov.br](mailto:misi@mre.gov.br));
- Ministério dos Transporte-AHIPAR: Paulo César da Costa Silva ([paulo@ahipar.gov.br](mailto:paulo@ahipar.gov.br));
- Ministério das Relações Exteriores: João Luiz Pereira Pinto ([jluiz@mre.gov.br](mailto:jluiz@mre.gov.br));
- Ministério Público do Estado do Acre: Patrícia de Amorim Rêgo ([patricia.rego@ac.gov.br](mailto:patricia.rego@ac.gov.br));
- Ministério do Meio Ambiente: Cláudia Della Piazza Grossi ([claudia.grossi@mma.gov.br](mailto:claudia.grossi@mma.gov.br));
- Agência Nacional de Águas-ANA: Ariadne Mansu de Castro ([ariadne.castro@ana.gov.br](mailto:ariadne.castro@ana.gov.br));
- Agência Nacional de Águas-ANA: Raimundo Alves de Lima Filho ([raimundo.lima@ana.gov.br](mailto:raimundo.lima@ana.gov.br));
- Instituto Ipanema: Wilson de Azevedo Filho. ([wil.filho@terra.com.br](mailto:wil.filho@terra.com.br));

**RELATORA:**

- Ana Maria Alves ([ana-maria.alves@mma.gov.br](mailto:ana-maria.alves@mma.gov.br)).

Às 10h20 do dia 15 de fevereiro de 2006, o Sr. Bernardo Paranhos Velloso, Presidente da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT, deu início à 33ª reunião da referida câmara técnica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. **Item 1 – Abertura:** O Sr. Bernardo Paranhos Velloso saudou os presentes e destacou dentre os assuntos da pauta a eleição para a presidência da CTGRHT. Expôs sua satisfação em ter sido presidente no ano de 2005 e

57 reiterou o interesse do Ministério das Relações Exteriores na condução dos trabalhos da CTGRHT.  
58 Expôs também aos membros a situação atribulada dos Ministérios das Relações Exteriores e do  
59 Meio Ambiente em razão da preparação da Oitava Reunião da Conferência das Partes da  
60 Convenção sobre Diversidade Biológica - COP 8 e da Terceira Reunião das Partes do Protocolo de  
61 Cartagena sobre Biossegurança - MOP 3, a se realizar em Curitiba, em março desse ano.  
62 Desculpou-se e explicou que, em decorrência desses preparativos teria que se ausentar da reunião  
63 na segunda sessão de discussões. **Item 2 – Aprovação da Ata da 32ª Reunião da CTGRHT:** a ata foi  
64 aprovada com alterações e com a inserção de trechos pelo Ministério das Relações Exteriores e  
65 Agência Nacional de Águas referentes à pertinência de um regime jurídico de outorga específico  
66 para os recursos hídricos fronteirizos e transfronteirizos. **Item 3 – Eleição da presidência da**  
67 **CTGRHT para o exercício de 2006:** O presidente reiterou o interesse do Ministério que representa  
68 na condução dos trabalhos e enfatizou que, embora do ponto de vista pessoal possa haver uma  
69 ruptura da representação, do ponto de vista do Ministério das Relações Exteriores, a memória  
70 institucional havia sido sempre preservada, beneficiando a continuidade dos trabalhos. Houve a  
71 abertura para outras inscrições e indicações. Os Ministérios do Meio Ambiente, do Turismo, dos  
72 Transportes, a Agência Nacional de Águas e as Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa  
73 apoiaram a recondução do atual presidente. As Prestadoras de Serviços em Saneamento também  
74 empenharam seu apoio, com a observação da importância que esse trabalho seja desenvolvido da  
75 forma mais produtiva possível. A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca ressaltou a  
76 importância de se observar essa recondução não apenas pelo aspecto da continuidade, mas da  
77 qualidade dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos. Não havendo outras inscrições e indicações,  
78 foi aprovada, por aclamação, a recondução do atual presidente, Bernardo Paranhos Velloso,  
79 representante do Ministério das Relações Exteriores. **Item 4 – Informes Gerais:** O Sr. Jorge Thierry  
80 Calasans apresentou a Sra. Ariadne Mansu de Castro, da Procuradoria da ANA, informando que ela  
81 também acompanhará os trabalhos da CTGRHT a partir dessa reunião. A Sra. Ana Maria Alves  
82 informou que o Glossário e o conjunto de mapas que foram produzidos como subsídio ao Plano de  
83 Trabalho serão publicados pelo Ministério do Meio Ambiente e já estão na fase final de revisão,  
84 podendo ser lançados, provavelmente, na próxima reunião. O Sr. Wilson do Egito Filho relatou sua  
85 viagem à fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia e informou de alguns aspectos nocivos à  
86 navegação que foram observados nessa visita. Sugeriu, por fim, que esse assunto fosse pautado pela  
87 CTGRHT em seu plano de trabalho. O Sr. Antônio J. G. Moreira informou que a marinha tem  
88 incentivado as autoridades marítimas dos países vizinhos a adotar normas semelhantes às brasileiras  
89 no tocante à prevenção da poluição dos recursos hídricos provocado por embarcações. Acrescentou  
90 que os Comitês de Fronteira têm sido um importante instrumento de difusão dessas normas. O Sr.  
91 José Vicente Miranda Regina sugeriu que fosse estimulado, no âmbito da CTGRHT, a consulta a  
92 estudos e/ou especialistas em transporte de hidro-sedimentos, com a finalidade de situar, num  
93 contexto mais amplo, as experiências in loco que são trazidas para a câmara. O Sr. Hugo Suarez  
94 informou que ele e a Sra. Celina Xavier de Mendonça foram selecionados para o curso *Integrated*  
95 *Transboundary Water Resource Management* sob os auspícios da Swedish International  
96 Development Cooperation Agency (SIDA) e convidou aos membros e demais presentes à reunião  
97 para participar da primeira fase do Programa de Treinamento, que se realizará no Brasil e que  
98 consistiria na apresentação de um seminário no dia 21 de março de 2006, na parte da manhã. A Sra.  
99 Cláudia Grossi realizou uma breve apresentação sobre as discussões em curso referente a temática  
100 dos recursos hídricos no âmbito do Mercosul e do GT6. **Item 5 – Apresentação dos recursos**  
101 **hídricos transfronteirizos do rio Acre e o trabalho da Iniciativa MAP- Madre Dios-PE, Acre-BR,**  
102 **Pando-BO - Prof Vera Lúcia Reis, Universidade Federal do Acre:** A Sra. Vera Lúcia Reis  
103 complimentou a todos, se apresentou e apresentou a Coordenadora de Meio Ambiente da  
104 Promotoria Estadual do Acre, Dra. Patrícia Rêgo e prosseguiu a apresentação (Anexo I). Após a  
105 apresentação, foi aberta a palavra para perguntas e para a discussão. A Sra. Celina Xavier de  
106 Mendonça cumprimentou a pesquisadora e demonstrou sua preocupação com a ausência do Estado  
107 na problemática apresentada e questionou acerca do relacionamento da Iniciativa MAP com os  
108 grandes investidores da região. A Sra. Vera Lúcia Reis esclareceu que, no Acre, grandes queimadas  
109 foram provocadas por pequenos produtores e enfatizou que, nesse caso, os grandes produtores  
110 queimaram menos. Caracterizou a questão da queimada como um fenômeno cultural, que deveria

111 ser combatido por meio da educação ambiental, já que os pequenos produtores têm menos acesso às  
112 tecnologias alternativas. A Sra. Patrícia Rêgo complementou a resposta informando que, para o ano  
113 de 2004, 58% dos desmatamentos foram provocados por pequenos produtores. Ponderou que,  
114 embora os grandes proprietários pratiquem a queima controlada e lancem mão de técnicas  
115 alternativas, têm responsabilidade na queima praticada pelos pequenos proprietários por recorrerem  
116 ao aluguel de pastagem e financiarem essas queimadas. Enfatizou que existem questões para serem  
117 resolvidas a fim de desestimular as queimadas e destacou que uma dessas questões importantes que  
118 estão sendo superadas é o tratamento destinado às áreas de posse, já que a regularização fundiária  
119 era um pré-requisito para o processo de licenciamento, esse também um pré-requisito para a  
120 concessão de financiamentos que poderiam possibilitar a esses posseiros o acesso a tecnologias  
121 alternativas, deixando à margem da concessão de créditos uma considerável parcela de  
122 propriedades. O Sr. Wilson de Azevedo Filho parabenizou a pesquisadora pelo trabalho e alertou  
123 para a possibilidade da difusão de iniciativas pulverizar as ações e consequentemente enfraquecer a  
124 possibilidades de uma resposta mais integrada e eficiente. Perguntou, ainda, à pesquisadora qual  
125 seria a inserção do turismo no trabalho que está sendo realizado. A Sra. Vera Lúcia Reis informou  
126 que no âmbito da iniciativa MAP existem várias mesas temáticas, sendo que os assuntos turismo e  
127 ecoturismo estão sendo discutidos na Mesa de assuntos econômicos e sociais, com uma participação  
128 expressiva dos três países. Quanto à dispersão das iniciativas, a Sra. Vera Lúcia Reis disse que essa  
129 é uma preocupação constantes do MAP, que gerou a organização por meio das mesas temáticas para  
130 criar canais para as diversos interesses da região no âmbito do MAP e ressaltou que o uso do nome  
131 MAP para a captação de apoio e recursos por pessoas que não fazem parte da iniciativa tem sido um  
132 problema para o desenvolvimento do trabalho. O Sr. Antônio P. Soler indagou se a pesquisadora já  
133 teria alguma demanda para a CTGRHT no desenvolvimento desse processo. A Sra. Vera Lúcia Reis  
134 respondeu que, inicialmente, gostaria de contar com o apoio da CTGRHT na Oficina que será  
135 realizada na região em maio, para somar esforços na busca de ações estratégicas para o atendimento  
136 às demandas em gestão de recursos hídricos na bacia do rio Acre. A Sra. Celina Xavier de  
137 Mendonça ressaltou a importância da questão econômica na área ambiental e perguntou se a equipe  
138 da Iniciativa MAP possuía algum profissional que pudesse realizar a valoração econômica dos  
139 serviços ambientais prestados pela floresta. A Sra. Vera Lúcia Reis informou que esses trabalhos  
140 têm sido feitos no âmbito dos programas de pós graduação da Universidade Federal do Acre-  
141 UFAC, o que caracteriza esses trabalhos por recorte mais superficiais e pela descontinuidade, já que  
142 os eles devem ser concluídos em prazos curtos de dois a quatro anos, aproximadamente. A Sra.  
143 Cláudia Grossi cumprimentou a pesquisadora pelo trabalho e explicitou sua preocupação com a  
144 falta de ligação entre a iniciativa e o governo federal. Caracterizou a fronteira com o Peru como o  
145 maior problema que o Ministério do Meio Ambiente tem na área fronteiriça e enfatizou também a  
146 problemática relação com o governo do Estado. Acrescentou que é necessário muita cautela, pois  
147 existem outras iniciativas, inclusive estrangeiras, ambicionando promover a gestão da Floresta  
148 Amazônica. Indicou a necessidade do Ministério do Meio Ambiente se fazer mais presente na área  
149 da Iniciativa MAP e se comprometeu a levar essa proposta para a assessoria internacional do  
150 ministério do Meio Ambiente, na qual trabalha. Finalizou propondo que a próxima reunião da  
151 CTGRHT seja realizada na região. A Sra. Vera Lúcia Reis explicitou o caráter voluntarista do  
152 MAP, e sua capacidade de agregar um rico capital social, aglutinado em torno da busca de uma  
153 melhor qualidade de vida para a região e informou que intromissões estrangeiras, inclusive sob a  
154 forma de financiamentos, têm ameaçado todo o trabalho de mobilização e participação social que  
155 têm sido construído há alguns anos na região. Em razão da possibilidade de ausência no período da  
156 tarde, o Sr. Bernardo Paranhos Velloso solicitou que a Câmara escolhesse um representante para  
157 presidir os trabalhos durante esse período. A indicação do Sr. Cláudio Ramos Floriani Jr., feita pela  
158 Sra. Celina Xavier de Mendonça, foi acolhida por todos os membros da CTGRHT. Com essa  
159 decisão, os trabalhos da parte da manhã foram encerrados. A reunião foi retomada às 14h50, com os  
160 encaminhamentos referentes ao Item 5. O Sr. Carlos Andrés Bulhões Mendes sugeriu que, da  
161 mesma forma como ocorreu nos casos do Quaraí, Lagoa Mirim e Apa, fosse levado à deliberação  
162 do CNRH, proposta de Moção. O Sr. Jorge Thierry Calasans apontou a necessidade de realizar uma  
163 reunião no local, para um maior aprofundamento da temática, a partir do qual se pensaria num  
164 encaminhamento. Acrescentou ainda, que, no caso do MAP, uma demanda clara é a necessidade de

165 apoio legal à iniciativa, que se concretizaria por meio de um Acordo Internacional capaz de  
166 institucionalizar a cooperação que está acontecendo na região. A Sra. Vera Lúcia Reis informou que  
167 a Iniciativa MAP está organizando, para maio, um evento de três dias para discutir a região. Tendo  
168 em vista a necessidade de se fazer uma reunião no local e a previsão da realização de uma Oficina,  
169 houve o encaminhamento, aprovado por todos, de agendar uma reunião da CTGRHT no dia  
170 imediatamente posterior ao da Oficina e considerá-la como parte integrante da programação  
171 da Câmara para viabilizar a participação de seus membros. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Jr.  
172 apontou a necessidade de solicitar ao Ministério das Relações Exteriores a emissão dos convites.  
173 Ficou criado um grupo entre Ministério do Meio Ambiente, representado pelas senhoras Celina  
174 Xavier de Mendonça e Cláudia Grossi; Ministério das Relações Exteriores, indicação a ser feita  
175 quando o representante do referido ministério chegar à reunião e Iniciativa MAP, representado pela  
176 Sra. Vera Lúcia Reis. Esse grupo ficou incumbido de apresentar, para a próxima reunião, a  
177 programação, a agenda pronta e o sistema de emissão dos convites. **Item 6 - Avaliação da execução**  
178 **do Plano de Trabalho da CTGRHT e elaboração da agenda de trabalho para 2006:** A CTGRHT  
179 avaliou que faltaram subsídios para realizar a avaliação e demandou da secretaria executiva do  
180 CNRH um relatório de atividades para possibilitar a avaliação e a elaboração da agenda, que foi  
181 adiada para a próxima reunião. O Sr. Marcelo Barbosa Sampaio observou que, na elaboração das  
182 atividades deve ser garantida uma sistemática de monitoramento das ações da Câmara Técnica. O  
183 Sr. Antônio P. Soler enfatizou que a periodicidade das reuniões, no ano passado foi muito baixa e  
184 propôs que para o ano de 2006 seria necessário fazer um número maior de reuniões e dotá-las de  
185 maior efetividade, por meio do acompanhamento das deliberações, da produção de relatórios e da  
186 participação mais atuante de seus membros. O Sr. Cláudio Ramos Floriani Jr. relembrou que a idéia  
187 de elaborar um Plano de Trabalho continha em si dois elementos fundamentais: o primeiro era  
188 trabalhar na CTGRHT postura mais pró- ativa, já que até então ela estava se movimentando apenas  
189 em função das demandas que chegavam até ela; o segundo era poder monitorar e avaliar a eficácia  
190 dos trabalhos. No que diz respeito a eficácia dos trabalhos, um olhar sobre a tabela já demonstra que  
191 um percentual importante das atividades não foi concluído e que algumas não foram nem sequer  
192 iniciadas. Ficou definido que o ponto de pauta referente à avaliação e elaboração da agenda de  
193 trabalho seria o primeiro item a ser discutido na próxima reunião e comportaria a análise do  
194 relatório a ser realizado pela Sra. Ana Maria Alves; a proposição de um Sistema de Monitoramento  
195 para as ações da CTGRHT, e por fim, a elaboração de um Plano de Trabalho para 2006.  
196 Acrescentou que essa reunião teria como item fundamental o planejamento da reunião do Acre.  
197 Ficou decidido que a próxima reunião seria realizada no dia 24 de março de 2006. A Sra. Celina  
198 Xavier de Mendonça observou que essa data coincide com a COP 8 e a MOP 3 e que certamente o  
199 presidente da CT estaria envolvido com esse evento. O Sr. Marcelo Barbosa Sampaio afirmou que  
200 os integrantes da Câmara que são representantes no CONAMA também estarão em Curitiba. O Sr.  
201 Cláudio Floriani Ramos Jr. defendeu que seria fundamental essa reunião acontecer como uma  
202 preparatória para a reunião do Acre. O Sr. Marcelo Barbosa Sampaio informou que acontecerão  
203 reuniões de CTs do CONAMA em Curitiba e sugeriu que a CTGRHT também fizesse sua reunião  
204 lá. Foi decidido por unanimidade que a próxima reunião da CTGRHT seria realizada no dia 24 de  
205 março, em Curitiba. A Sra. Ana Maria Alves ficou incumbida, juntamente com o Sr. Cláudio  
206 Ramos Floriani Jr. de procurar um espaço para a realização do evento. Também houve um  
207 indicativo para que os outros órgãos, que tenham escritórios na referida cidade, sondem a  
208 possibilidade de receber a próxima reunião. O Sr. Hugo Suarez se disponibilizou a preparar uma  
209 apresentação, em conjunto com a Sra. Celina Xavier de Mendonça, a respeito da segunda etapa do  
210 curso, da qual estarão retornando antes da reunião. **Item 7 – Apresentação e discussão da Proposta**  
211 **de Resolução modificando o inciso III do Artigo 2º da Resolução CNRH nº 10 de 21 de junho de**  
212 **2000;** A Sra. Celina Xavier de Mendonça apresentou sua nova redação para a Resolução da  
213 CTGRHT e expôs os pontos fundamentais de seu parecer que justificam a modificação proposta  
214 (Anexo II). O Sr. Marcelo Barbosa Sampaio explicitou sua discordância em relação à proposta  
215 apresentada. Primeiramente defendeu que não havia nenhum problema em propor normas para a  
216 gestão de bacias transfronteiriças e que a sua amplitude e aplicabilidade se restringiriam  
217 naturalmente ao território brasileiro. Acrescentou a isso que via contradição entre o fato de que as  
218 bacias hidrográficas não conhecem limites territoriais e a afirmação de que as bacias hidrográficas

219 não poderiam ser consideradas transfronteiriças. O Sr. Carlos André Bulhões Mendes demonstrou  
220 seu entendimento de que o parecer e a própria modificação da resolução não negava o caráter único  
221 e integrado da bacia, mas apontava para a impossibilidade de aplicação dos instrumentos da nossa  
222 Política Nacional de Recursos Hídricos na porção da bacia que, embora faça parte do mesmo  
223 sistema e influencie a quantidade e qualidade da água do lado brasileiro não é atingido pelas  
224 mesmas leis à quais esse é submetido. O Sr. Jorge Thierry Calasans elogiou o parecer da Sra. Celina  
225 Xavier de Mendonça, mas considerou que estava faltando um aspecto fundamental, que é a  
226 adequação da terminologia utilizada pela resolução à terminologia adotada na Lei 9.433 de 1997,  
227 que no Art. 39, parágrafo 2º, usa a expressão “bacia de rios fronteiriços e transfronteiriços”. O Sr.  
228 Hugo Suarez destacou que a nova redação não elimina um conceito fundamental da nossa Lei de  
229 Águas, que é a gestão por bacia, mas chamou a atenção para o fato que o uso da expressão bacia de  
230 rios fronteiriços e transfronteiriços poderia excluir das competências da CTGRHT as águas  
231 subterrâneas e finalizou sugerindo que a Câmara avaliasse a possibilidade de manutenção da  
232 resolução na forma em que se encontra. O Sr. Antônio P. Soler enfatizou que tanto a bacia  
233 hidrográfica quanto a gestão por bacia já são conceitos definidos no ordenamento jurídico  
234 brasileiro. Chamou a atenção para o fato que nos termos da Resolução CNRH nº 10 os verbos  
235 utilizados são propor, analisar e discutir assuntos que serão levados à consideração do conselho, que  
236 exerce um controle da legalidade das resoluções. Questionou a competência da CTGRHT em  
237 realizar o referido debate, já que teria um teor que deveria ser tratado sob um ponto de vista mais  
238 jurídico. Finalizou sua fala explicitando que considera a alteração proposta como um retrocesso,  
239 que nega a própria Lei nº 9.433, Plano Nacional de Recursos Hídricos e os trabalhos que já foram e  
240 que estão planejados para serem desenvolvidos no âmbito da CTGRHT. O Secretário André Misi  
241 enfatizou que essa mudança não reflete uma preocupação do Ministério das Relações Exteriores,  
242 mas atende a uma demanda trazida pelo Ministério do Meio Ambiente, que resultou num texto que  
243 ele considerou mais coerente do ponto de vista da coerência jurídica. Ressaltou que a questão da  
244 exclusão das águas subterrâneas seria negativa e sugeriu que se estudasse uma proposta alternativa.  
245 A Sra. Celina Xavier de Mendonça concordou com a observação feita pelo Sr. Hugo Suarez e deu  
246 conhecimento a uma proposta alternativa do Sr. Carlos André Bulhões Mendes, a saber: propor  
247 diretrizes para a gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços. Disse ainda que a nova  
248 redação não seria antagônica com os trabalhos já desenvolvidos pela câmara, pois tudo havia sido  
249 viabilizado por meio de moções destinadas, dentre outros ao Ministério das Relações Exteriores, ao  
250 qual compete, segundo ressaltou, a implementação da política internacional brasileira. O Sr. Hugo  
251 Suarez chamou a atenção para o fato que a nova redação suprimia o termo *integrada* da sentença e  
252 acrescentou que a importância desse conceito na gestão de recursos hídricos. Marcelo Barbosa  
253 Sampaio colocou em dúvida a necessidade dessa mudança, questionando se não seria uma  
254 resolução inócua. Disse também que a referência que a lei faz, usando os termos rios  
255 transfronteiriços, foi utilizado especificamente para o caso da instalação de Comitês de bacia e  
256 defendeu que se não fosse necessário realizar a mudança, ela deveria ser descartada. O Sr. André  
257 Misi destacou que a política externa brasileira não admitia o conceito de gestão integrada ou  
258 compartilhada para os recursos hídricos, bem como para quaisquer outros recursos naturais. E  
259 justificou esse posicionamento defendendo que o conceito que havia anteriormente explicitado feria  
260 a soberania nacional para gerir os recursos naturais sob jurisdição dos Estados nacionais  
261 enfatizando que esse era um importante princípio da Declaração do Rio. O Sr. Cláudio Ramos  
262 Floriani Jr., em resposta a esse questionamento frisou que o fato de o Ministério do Meio Ambiente  
263 ter encaminhado o parecer e a proposta referente a essa mudança já era uma prova evidente da  
264 necessidade que esse ministério teria em efetivar a modificação. A Sra. Vera Lucia Reis também  
265 considerou a mudança um retrocesso para a gestão integrada de recursos hídricos transfronteiriços e  
266 enfatizou que considera a discussão destoante com a integração que tem sido proposta pelo governo  
267 brasileiro. A Sra. Celina Xavier de Mendonça explicou que o termo integrado foi retirado em  
268 função da confusão possível entre gestão de quantidade, qualidade e intersetorial com gestão  
269 integrada entre os países limítrofes. Tendo encerrado o debate, o presidente interino questionou se  
270 havia consenso em torno da nova proposta de redação, oportunidade na qual se manifestaram  
271 desfavoravelmente os senhores Antônio P. Soler e Marcelo Barbosa Sampaio. Tendo sido realizada  
272 a votação, a proposta foi aprovada pela CTGRHT. Foi consenso entre os membros a necessidade da

273 redação de novos considerandos, de forma a explicitar de forma plausível e coerente, no âmbito da  
274 resolução, a necessidade da modificação proposta. O grupo foi formado entre os membros: Celina  
275 Xavier de Mendonça, Jorge Thierry Calasans, André da Costa Misi e Christian André Haddad  
276 Govastki, que se comprometeram em entregar uma minuta com novos considerandos para a  
277 próxima reunião. Passou-se ao **Item 8 – Discussão da questão da outorga de uso de recursos**  
278 *hídricos em lagos, reservatórios e rios fronteiriços e transfronteiriços*: O Sr. André da Costa Misi  
279 informou que, em reunião entre os Ministérios do Meio Ambiente, das Relações Exteriores e a  
280 Agência Nacional de Águas-ANA foi tirado um posicionamento no sentido de que seria mais  
281 favorável que o assunto fosse discutido na órbita desses três órgãos, e que a ANA proporia uma  
282 minuta de resolução para ser encaminhado para a deliberação do conselho estabelecendo um regime  
283 de outorga para os rios fronteiriços e transfronteiriços. A Sra. Celina Xavier de Mendonça defendeu  
284 a criação de um grupo de trabalho da CTGRHT, por considerar que esse seria o melhor fórum para  
285 essa discussão. Disse, ainda, que a Resolução CNRH deveria contemplar diretrizes de ordem geral  
286 que seriam consubstanciadas caso a caso. O presidente interino releu na ata da reunião anterior o  
287 parágrafo referente à proposta do Itamaraty de realizar a reunião e enfatizou que com esse  
288 encaminhamento a reunião não havia cumprido o mandato para o qual foi proposta e solicitou que,  
289 na próxima reunião, esse assunto fosse retomado do ponto que havia sido interrompido na reunião  
290 anterior. O Sr. Marcelo Barbosa Sampaio enfatizou que, uma vez que a matéria havia entrado na  
291 pauta da CTGRHT deveria haver uma definição da própria câmara para definir se aceitaria o  
292 encaminhamento trazido pela reunião. **Item 9 – Discussão sobre o IV Fórum Mundial de Água no**  
293 *México*: O Sr. André da Costa Misi informou que o Fórum Internacional é realizado pelo Conselho  
294 Mundial da Água e que é o principal fórum internacional que trata de água, ressaltando que trata-se  
295 de um fórum não governamental. Acrescentou que o evento é dividido em dois segmentos: um  
296 técnico, congregando cientistas e membros da sociedade civil; e outro ministerial, que adotará uma  
297 declaração interministerial, que está sendo negociada em Genebra. Explicou que tratava-se de um  
298 texto genérico, reafirmando princípios já aceitos. Disse, ainda, que há um grande número de pessoas  
299 se apresentando para compor a delegação brasileira. Informou, por fim, que está sendo organizado  
300 um *stand* entre a ANA e a Secretaria de Recursos Hídricos para expor as publicações produzidas  
301 por essas instituições. A Sra. Oneida Freire e o senhor Marcelo Barbosa Sampaio solicitaram o  
302 recebimento de comunicação/convocação para que possam verificar a possibilidade de participação  
303 dos órgãos que representam. Nada mais sendo tratado, a reunião foi encerrada às 17h50 e segue  
304 assinada pelo presidente e pela relatora.

305  
306 Ata aprovada no dia 06 de julho de 2006, durante a 34º Reunião da CTGRHT.

307

308

309 Bernardo Paranhos Velloso  
310 Presidente

Ana Maria Alves  
Relatora